

PARECER JURÍDICO Nº. 79/2021/PGM-PMA – DE 22 DE DEZEMRO DE 2021

1º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL AO CONTRATO Nº 05/2021.

SOLICITANTE: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
ADMINISTRATIVO Nº05/2021.
PRORROGAÇÃO DE PRAZO.
RECOMENDAÇÕES NECESSÁRIAS. ART. 57,
§ 1º, LEI Nº 8.666/1993.**

1. RELATÓRIO:

1. Foi encaminhado pela Comissão Permanente de Licitação, para esta Procuradoria Jurídica proceder à análise da minuta do Primeiro Termo Aditivo de Prorrogação e Reequilíbrio Econômico Financeiro ao Contrato nº 05/2021, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Anajás e TEIXEIRA DIAS ASSESSORIA EM GESTAO PUBLICA LTDA, CNPJ nº 35.724.941/0001-52, Objeto: Contratação de Serviço de Assessoria e Consultoria Jurídica na Área de Direito Público Municipal, com a finalidade de garantir a observância das formalidades legais para que se possa dar prosseguimento aos trâmites legais.

2. Compulsando os autos, verifica-se em seu bojo:

- ✓ Solicitação da Secretaria Municipal de Administração solicitando aditivo de prazo e reequilíbrio econômico financeiro do contrato nº 05/2021;
- ✓ Autorização do Prefeito Municipal para realização do aditivo contratual de prorrogação de prazo e reequilíbrio econômico financeiro para execução do objeto dos contratos nº 05/2021;

3. É o que importa relatar. Passa-se a opinar.

2. DO PARECER:

4. A Cláusula Segunda do aditamento tem a seguinte redação:

"Constitui-se objeto deste Termo aditivo prorrogação de vigência e reequilíbrio econômico financeiro referente ao contrato nº 05/2021, que tem por objeto a Contratação do Serviço de Assessoria e Consultoria em Licitação, passando a vigorar nos seguintes termos:".

5. A Lei nº 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente, nas hipóteses elencadas no art. 57. Entre elas, tem-se a possibilidade de prorrogação dos contratos de início de etapas

de execução, de conclusão e de entrega, por motivo superveniente de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato, vejamos:

Art. 57. [...]

§ 1o Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

- I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;
- II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
- IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;
- V - impedimento de execução do

CNPJ: 05.849.955/0001-31

contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

A Lei n.º 8.666, de 1993, a teor de seu artigo 65, inciso I, b, c/c seu § 1º, prevê a possibilidade da Administração Pública realizar, em seus contratos, desde que justificado por fatores supervenientes à contratação, acréscimos quantitativos no objeto original, observados os percentuais máximos ali previstos. Com efeito, preceitua o art. 65, I, b da Lei Federal, in verbis:

Art. 65. Os contratos regidos por esta lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

(...)

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

(...)

"§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (...)"

6. A prorrogação dos contratos administrativos deve cumprir os seguintes requisitos: a) justificativa por escrito; b) autorização da autoridade competente para celebração do contrato; c) manutenção das demais cláusulas do contrato; d) necessidade de manutenção de equilíbrio econômico-financeiro do contrato; e) a prorrogação somente pode ocorrer nos casos expressamente previstos na Lei.

7. Desta forma, não se devem admitir, portanto, as prorrogações automáticas ou tácitas. Em cada caso, o administrador deve decidir pela prorrogação de acordo com as exigências legais.

8. Verifica-se que a hipótese apresentada neste processo não envolve culpa do contratado ou da Prefeitura Municipal, mas sim, trata-se de evento extraordinário não imputável às partes.

9. A prorrogação é consensual e poderá ser feita por prazo inferior, igual ou superior ao prazo inicialmente pactuado, observando-se o prazo máximo dos ajustes. Nos casos elencados no

§1º do art. 57 da Lei 8.666/1993, a prorrogação prescinde de constar no instrumento convocatório, tendo em vista a sua observância ser imposta por lei com o objetivo de atender às circunstâncias excepcionais, sem culpa do contratado, que retardaram o cumprimento do objeto contratual.

10. Ressalte-se, no entanto, que o TCU tem exigido que toda e qualquer prorrogação contratual observe, no mínimo, as seguintes exigências: a)

existência de previsão para prorrogação no edital e no contrato; b) objeto e escopo do contrato inalterados pela prorrogação; c) interesse da Administração e do contratado declarados expressamente; d) vantagem da prorrogação devidamente justificada nos autos do processo administrativo; e) manutenção das condições de habilitação pelo contratado; e f) preço contratado compatível com o mercado fornecedor do objeto contratado.

11. Da análise da minuta do Primeiro Termo Aditivo apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, verifica-se que foi elaborada em consonância com a legislação de regência pertinente a matéria em foco.

3. CONCLUSÃO.

13. Diante do exposto, abstraídas as questões técnicas e resguardado o poder discricionário do gestor público quanto à oportunidade e conveniência da prática do ato administrativo, **É QUE OPINO** pelo prosseguimento do feito, devendo a Administração observar as recomendações aqui apresentadas.

É O PARECER. S. M. J.

Remeto à considerações superiores

Anajás/PA, 22 de Dezembro de 2021.

LUIZ DE SOUZA CARNEIRO
PROC. GERAL DO MUNICÍPIO DE ANAJÁS
OAB/PA nº 6.536